

SPVCRED I Companhia
Securitizadora de Créditos Financeiros
(anteriormente denominada
Gaia Cred II Securitizadora de
Créditos Financeiros)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras nº 2453R-031-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022	14
Declaração	28

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos acionistas e administradores da
SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (anteriormente denominada Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encerramento de operação

Conforme Nota Explicativa nº 17, chamamos a atenção às demonstrações financeiras, a qual menciona o encerramento antecipado das Debentures, Emissão 1ª Série única e Emissão 2ª Série única, o qual ocorreu por meio de liquidação total de suas obrigações em moeda corrente nacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Integridade, valorização e alocação dos recebíveis que servem de lastro para as transações de créditos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 1)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos financeiros. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de apresentação do processo de securitização, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram mas não se limitaram: **(i)** conciliação contábil da carteira em sua totalidade; **(ii)** recálculo do valor presente dos recebíveis com base nas taxas de juros e demais condições pactuadas contratualmente **(iii)** validação da existência por meio da verificação do contrato por amostragem; **(iv)** testes documentais para os recebimentos financeiros dos direitos creditórios por amostragem; **(v)** recálculo da provisão para perdas esperadas dos direitos creditórios conforme política estabelecida pela Companhia; e **(vi)** análise da aderência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento e mensuração das operações e o respectivo resultado obtido no exercício são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em Conjunto.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nós e emitimos relatório de auditoria data do de 07 de dezembro de 2023, com modificação, em relação a validação do saldo de abertura do referido exercício.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Securitizadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Securitizadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Securitizadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Securitizadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7



SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Aplicações financeiras	4	309	337	Contas a pagar	7	41	4
Carteira de créditos	5	1.282	2.613	Obrigações fiscais	8	11	17
Adiantamentos a fornecedores		19	13	Debêntures	9	-	8
Impostos a recuperar	6	226	214				
Total do ativo circulante		1.836	3.177	Total do passivo circulante		52	29
Não circulante				Não circulante			
Carteira de créditos	5	159	381	Provisão Contingência	14	297	279
				Debêntures	9	3.092	3.812
				Resultado atribuído ao debenturista		(1.446)	(563)
Total do ativo não circulante		159	381	Total do passivo não circulante		1.943	3.528
				Capital social		-	1
				Total do patrimônio líquido	10	-	1
Total do ativo		1.995	3.558	Total do passivo e patrimônio líquido		1.995	3.558

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida de prestação de serviços			
Despesas operacionais			
Despesas de captação	11	(1.675)	(1.487)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.675)	(1.487)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12.1	2.512	3.410
Despesas financeiras	12.2	(837)	(1.923)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.675	1.487
Resultado líquido do exercício		-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A

**Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1</u>	<u>1</u>
<i>Capital a Integralizar</i>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido (aplicado) nas/ gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para perdas de crédito	1.372	-
Despesa de juros	731	-
Receita de juros	(2.452)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Em impostos a recuperar	(12)	(90)
Em adiantamento a fornecedores	(6)	(4)
Em contas a pagar	37	(57)
Em obrigações fiscais	(6)	(10)
Em contingências	18	279
Em Resultado atribuído ao debenturista	(884)	-
Caixa líquido (aplicado)nas/gerado pelas atividades operacionais	<u>(1.202)</u>	<u>118</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento da carteira de crédito	2.633	(1.028)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado) nas atividades de investimento	<u>2.633</u>	<u>(1.028)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures	(1.459)	(3.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>(1.459)</u>	<u>(3.000)</u>
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(28)</u></u>	<u><u>(3.910)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	337	4.247
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	309	337
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(28)</u></u>	<u><u>(3.910)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A

**Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(1.675)</u>	<u>(1.558)</u>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.675)	(1.527)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	(31)
Valor adicionado bruto	<u>(1.675)</u>	<u>(1.558)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>(1.675)</u>	<u>(1.558)</u>
valor adicionado recebido em transterencia	<u>2.512</u>	<u>3.410</u>
Receitas financeiras	2.512	3.410
Valor adicionado total a distribuir	<u>837</u>	<u>1.852</u>
Valor adicionado distribuído	<u>837</u>	<u>1.852</u>
Distribuição do valor adicionado		
Despesas financeiras	837	1.852
Resultado do exercício	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A SPVCred I Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) é uma Companhia anônima, com sede na Rua Hungria, 1240, 6º. Andar, Conj. 62 – Jardim Europa - São Paulo - SP foi constituída em 13 de junho de 2016 e obteve seu registro na Jucesp em 01 de julho de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações com finalidade de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Em 07 de julho de 2016, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias.

- Escritura particular da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real.

Dessa forma em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debênture no valor de R\$ 100.000 (cem milhões de reais) conforme Nota Explicativa nº 9.

Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016.

- Em 02 de outubro de 2017, A Companhia formalizou instrumento para emissão de debêntures por meio da escritura particular da 2ª (segunda) emissão série 1ª (um) no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) e da 3ª emissão em duas séries sendo a série 1ª (um) no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais) e a série 2ª (dois) no valor de R\$ 1 (mil reais).

Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 4.701 (quatro milhões setecentos e um mil reais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram integralizados R\$ 300 (trezentos mil reais) referente a 3ª (terceira) emissão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram realizadas novas emissões de debêntures.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de maio de 2024.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente (VJORA).

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

(e) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Custo amortizado

São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O Custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

(f) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de perda dos processos.

(h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

(i) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(j) Apuração do resultado

A receita ocorre pela recuperação dos créditos inadimplidos, e é a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas da BTG são reconhecidas pelo regime de caixa e com base na recuperação efetiva realizada pela Companhia até a data-base do balanço. As receitas da Vivenda são reconhecidas pelo regime de competência.

(k) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA), de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas.

(l) Novas normas, alterações e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As normas relacionadas a seguir apresentaram alterações em sua redação que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023.

Essas alterações não resultaram em impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.
Alterações ao IAS 1 (CPC 26(R1)) e IFRS Practice statement 2: Divulgação de políticas contábeis	As alterações fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.
Alterações ao IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação	As alterações estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16	Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento);
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não-circulante;
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores;

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;

a. Reforma tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

Novas normas contábeis emitidas e com vigência aplicável a partir de 1º de janeiro de 2024

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores;

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

i) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo, será a Simplificação do Sistema Tributário Atual. O texto prevê um teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo, tendo como o principal efeito, a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS), em cobranças que serão divididas entre os níveis: i) federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços e IS: Imposto Seletivo) e; ii) estadual (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Ainda, foi proposto a criação de fundos para a recomposição das concessões de incentivos fiscais e para o desenvolvimento regional, e a realocação de tributos, como o ITCMD e o IPVA.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos nas demonstrações financeiras da citada reforma tributária.

4 Aplicações financeiras

<u>Títulos para negociação</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Conta corrente	23	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil	286	337
Total	309	337

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo.

A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 100% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2024.

A taxa de juros média contratada para aplicações em fundos de investimentos é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2023.

4.1 Hierarquia de níveis - ativos e passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Títulos para negociação" e dos "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

<u>Tipo de instrumento</u>	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Certificados de Depósitos Bancários Valor justo	-	286	-	-	337	-

4.2 Movimentação das aplicações financeiras

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	337	4.247
Aplicação/ (resgate)	(74)	(4.268)
Receita financeira	23	358
Saldo final	286	337

5 Carteira de créditos

Os montantes contabilizados referentes a carteira de crédito foram classificados como recebíveis e correspondem a direitos de créditos financeiros vencidos e inadimplidos que são contabilizados quando passados mais de 180 dias de seu vencimento conforme política de perda. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos da Securitizadora e a atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em geral nas operações serão exercidas pelo Banco BTG Pactual S.A. sociedade anônima com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 10º aos 15º andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP.

5.1 Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios

(a) Descrição das características dos direitos creditórios

São representados por direitos creditórios inadimplidos adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos bancários sem coobrigação do cedente oriundos de operações de financiamentos de veículos. Estes créditos foram precificados mediante a aplicação de metodologia específica da Administração da Companhia. Neste sentido, os valores quando efetivamente realizados poderão ser substancialmente diferentes dos valores estimados e constantes na carteira em 31 de dezembro de 2023. O deságio é reconhecido conforme o recebimento dos créditos.

(b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

O único critério de elegibilidade a ser observado para aquisição de direitos creditórios pela Securitizadora é que os direitos creditórios devem ser de titularidade de pessoas físicas.

A Gestora e a Consultora especializada, previamente à cessão dos Direitos Creditórios a Securitizadora, deverão verificar as Condições de Cessão avaliando o *aging* dos vencimentos de suas composições e o valor de aquisição dos Direitos Creditórios.

(c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

(d) Composição da carteira de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Securitizadora não adquiriu novos direitos creditórios (R\$ 2.721 em 2022). O prazo de recuperação dos créditos previsto nas projeções de fluxo futuro preparadas pela Consultora Especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditórios.

Está representado da seguinte forma:

Cedente	2023	2022
Banco BTG Pactual S.A.(a)	-	238
Programa Vivenda Ltda.(b)	3.757	3.700
Provisão para Perda	(2.316)	(944)
Total	1.441	2.994

(a) Vencimento carteira de crédito 07/07/2026

(b) Vencimento carteira de crédito 15/10/2027

A vencer			Vencido		
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Até 30 dias	103	429	Até 30 dias	90	1
De 31 a 60 dias	94	184	De 31 a 60 dias	91	34
De 61 a 90 dias	88	179	De 61 a 90 dias	106	110
De 91 a 120 dias	78	168	De 91 a 120 dias	131	104
De 121 a 150 dias	70	160	De 121 a 150 dias	57	97
De 151 a 180 dias	62	154	De 151 a 180 dias	84	88
De 181 a 360 dias	228	1.018	De 181 a 360 dias	689	408
Acima de 361 dias	159	381	Acima de 361 dias	1.627	423
Total	882	2.673	Total	2.875	1.265

(e) **Movimentação**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	2.994	1.966
Aquisições de carteiras	-	2.721
Amortizações	(2.633)	(4.560)
Juros sobre a carteira de crédito	2.452	2.867
Perda de crédito estimado	(1.372)	-
Saldo final	<u>1.441</u>	<u>2.994</u>
Parcela no ativo circulante	1.282	2.613
Parcela no ativo não circulante	159	381

(f) **Valor justo**

Para ativos referentes a carteira de crédito, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes efetuadas pelo próprio banco investidor a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por “*impairment*” desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia está utilizando a precificação de custo de aquisição de 1% quando comparável ao valor de mercado de 3% a 5%.

Os créditos adquiridos com percentuais acima de 5% referem-se a créditos performados e sem quaisquer problemas de recuperação.

<u>Custo de aquisição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Principal	-	1.892
EST FMV	-	1.553
% do custo de aquisição	<u>0%</u>	<u>75%</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve aquisição de novos direitos.

6 Impostos a recuperar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda retido na fonte(a)	<u>226</u>	<u>214</u>
Total	<u>226</u>	<u>214</u>

(a) Saldo refere-se a imposto de renda retido de aplicações e sua recuperabilidade será em até 5 anos após seu reconhecimento.

7 Contas a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	41	4
Total	<u>41</u>	<u>4</u>

8 Obrigações fiscais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cofins a recolher	3	3
PIS a recolher	1	1
CSRF a recolher	6	10
IRRF a recolher	1	3
Total	<u>11</u>	<u>17</u>

9 Debêntures

Em 07 de julho de 2016, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debêntures, sem remuneração, com vencimento em 2026. Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 8.628 (oito milhões seiscentos e vinte e oito mil reais) em 29 de julho de 2016.

Em 15 de outubro de 2017, a Companhia realizou duas emissões de debêntures da seguinte forma:

- 2ª Emissão série única no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a. e vencimento em outubro de 2027. Os valores emitidos foram totalmente integralizados.
- 3ª Emissão 1ª série no valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) com remuneração fixada em 7% a.a. e 2ª série no valor de R\$ 1 (um mil reais) sem remuneração e vencimento em outubro de 2027. Os valores emitidos foram totalmente integralizados.

Em 31 de dezembro de 2023, estão representadas da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
1ª Emissão série única	8	8
2ª Emissão série única	67	990
3ª Emissão 1ª série	3.016	2.821
3ª Emissão 2ª série	1	1
Redução do valor nominal das debêntures	<u>(1.446)</u>	<u>(563)</u>
Total	<u>1.646</u>	<u>3.257</u>
Parcela no passivo circulante		8
Parcela no passivo não circulante	1.646	3.249

Tipo: simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações.

Espécie: com garantia real.



A vencer	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	3ª Emissão	
	Série única	Série única	1ª Série	2ª Série	Total
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	
Acima de 361 dias	8	67	3.016	1	3.092
Total	8	67	3.016	1	3.092

A vencer	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	3ª Emissão	
	Série única	Série única	1ª Série	2ª Série	Total
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	
Até 30 dias	8	-	-	-	8
-	-	990	2.821	1	3.812
Total	8	990	2.821	1	3.820

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	3ª Emissão
	Série única	Série única	Série 1ª	Série 2ª
Valor original		100.000.000	2.000	3.000
Valor unitário		1	100	100

Destinação dos recursos: Os recursos oriundos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis.

Pagamentos condicionados: A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortizações e remunerações) está condicionada à realização das carteiras de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora a partir da integralização dos recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures.

Remuneração adicional (prêmio): Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados à debênture e paga em parcelas mensais.

Garantias: Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contendo o fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures.

Dação em pagamento: Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; e (iv) aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

Fundo reserva: São constituídos para cada série de debêntures e será limitado a um valor mínimo de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais).

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 27 de outubro de 2016, houve a integralização de capital no montante de R\$ 1.000, respectivamente, mediante a emissão de 1.000 ações, totalizando 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo todas já sido integralizadas



Em 31 de dezembro de 2023, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	2023	2022
Opea Securitizadora S.A.	99,99%	999	999
Outros	0,01%	1	1
Capital subscrito	100%	1.000	1.000
11 Despesas de captação			
		2023	2022
Despesas serviços de terceiros		(1.021)	(1.157)
Despesa com anúncios e publicações		(24)	(19)
Despesas tributárias		(4)	(31)
Despesa contingência		(18)	(279)
Despesa com provisão para perda		(604)	-
Despesas com utilidades e serviços		(4)	(1)
Total		(1.675)	(1.487)
12 Resultado financeiro			
12.1 Receitas financeiras			
		2023	2022
Juros - Carteira de crédito		2.457	3.275
Receita de aplicações financeiras - CDB		23	358
Receita de juros ativos - Selic		32	-
Reversão de provisão		-	(223)
Total		2.512	3.410
12.2 Despesas financeiras			
		2023	2022
Prêmio de debênture		(731)	(1.444)
Outras		(106)	(479)
Total		(837)	(1.923)
13 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros			

O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais.

As aplicações financeiras da SPVCred I Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) junto ao Banco Bradesco.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 286 aplicados em certificado de depósitos bancários.

Garantias de crédito

As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência são:

Garantia real

Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as debêntures (“obrigações garantidas”), a Companhia cedeu fiduciariamente os créditos adquiridos aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário conforme escritura de emissão.

Risco de liquidez

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Passivos financeiros	Vencimento	2023	2022
Contas a pagar e obrigações fiscais (a)	2024	52	21
Debêntures (b) - Nota Explicativa nº 8	2026	1.943	3.537
Total		1.995	3.558

(a) Os passivos financeiros não derivativos serão liquidados nos vencimentos que foram acordados com os fornecedores, cujo prazo máximo para liquidação é de até 15 de janeiro de 2024.

(b) Os passivos financeiros derivativos serão liquidados no vencimento da operação, apenas os prêmios obedecerão à periodicidade mensal quando houver fluxo disponível. As debêntures emitidas possuem vencimento entre 07 de julho de 2026 e 15 de outubro de 2027.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Companhia em gerar caixa e os prazos para pagamentos variam de 3 a 6 meses, caso os negócios não sejam efetivados, os sócios se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez.

Os passivos financeiros derivativos serão liquidados com base no retorno que a Companhia obter sob a aquisição de créditos, desta forma mantendo liquidez suficiente para liquidá-los no prazo de vencimento acordado.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Para os ativos financeiros, a Companhia estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e qual o tipo de remuneração, como o caixa é utilizado constantemente nas atividades operacionais, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's e fundos de investimentos que remuneram um percentual da taxa de depósitos interbancários - CDI 100% conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

14 Ações judiciais

A Operação é parte integrante em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 2023, as contingências prováveis somam o montante de R\$ 296 (R\$ 279 em 2022) e as contingências possíveis somam R\$ 1.022 (R\$ 44 em 2022). Os processos judiciais em andamento não afetam a operação e, caso a perda do processo se concretize, eventuais desembolsos financeiros serão arcados com o fundo constituído.

15 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2023 se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 29 de dezembro de 2023, definiu-se a taxa provável para Selic média para os próximos 12 meses de 11,75% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o Selic foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o Selic a 8,81% a.a. e 5,88% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2023.

<u>Operação</u>	<u>Posição 2023</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Caixa e equivalentes de caixa	309	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Receita projetada	-		36	27	18

16 Eventos subsequentes

Em 28 de março de 2024, foi aprovado em assembleia a realização da transferência do restante dos direitos creditórios, pela companhia, aos debenturistas por meio da celebração do instrumento particular de dação em pagamento e com isso foi realizado o resgate antecipado da totalidade das debentures da operação BTG 1ª Emissão série única. A quitação da operação foi realizada parcialmente com recursos oriundos dos direitos creditórios e com dação em pagamento no valor de R\$ 432.

Em 15 de abril de 2024, ocorreu a quitação da operação Vivenda 2ª Emissão série única.

No período subsequente, houve o pagamento de R\$ 67 a título de amortização extraordinária, conforme apresentado abaixo:

Data	Amortização extraordinária
15/01/2024	15
15/02/2024	31
15/03/2024	20
15/04/2024	1
Total	67

* * *

Responsável Técnico
Fábio Roberto Benvindo
CRC 1SP255684/O-3

DECLARAÇÃO

Eu, MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.941.829-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 021.590.957-70, na qualidade de diretor da SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 25.116.715/0001-35, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 1º andar, conjunto 12, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 17 de maio de 2024

MARCELO LEITÃO DA SILVEIRA

DECLARAÇÃO

Eu, THIAGO FARIA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.366.436-8 (DIC/RJ) e inscrito no CPF/ME sob o nº 137.685.467-80, na qualidade de procurador da SPVCRED I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade Anônima inscrita no CNPJ 25.116.715/0001-35, com sede na Rua Hungria nº 1.240, 1º andar, conjunto 12, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01455-000 ("Companhia"), declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

- (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 17 de maio de 2024

THIAGO FARIA SILVEIRA